



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU

Parecer Jurídico n.º 04 /2022

Assunto: Inexigibilidade de Licitação n.º 04/2022: "Prestação de serviços técnicos profissionais especializados, constituída por assessoria e consultoria técnica em Gestão Pública e Direito Administrativo (licitações e contratos administrativos) à Comissão Permanente de Licitação (CPL) e à Procuradoria-Geral do Município".

Interessada: Comissão Permanente de Licitação do Município de Gararu.

**EMENTA: CONSULTA. DIREITO ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI N.º 8.666/93. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, NOS TERMOS DO ART. 13, INCISOS III E V, DA LEI N.º 8.666/1993.**

**1. DO RELATÓRIO.**

O Município de Gararu pretende contratar empresa para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados em Gestão Pública e Direito Administrativo, para assessoria e consultoria à Comissão Permanente de Licitação (CPL) e à Procuradoria-Geral do Município.

Para tanto, a **Comissão Permanente de Licitação** solicitou desta **Procuradoria Municipal** a emissão de parecer, o qual cingir-se-á aos aspectos jurídicos deste processo administrativo, conforme dispõe o **artigo 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.**

Eis o breve relatório do feito.



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU**

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.**

É importante relatar que o município vem enfrentando grande dificuldade para o atendimento de toda a demanda de processos licitatórios, uma vez que dispõe de apenas um servidor qualificado na Comissão Permanente de Licitação (CPL), exercendo atualmente a função de pregoeiro, e de um advogado que desempenha a função de parecerista.

Essa situação vem causando atrasos na prestação de serviços públicos essenciais pelo município, razão pela qual se reforça a atual necessidade de apoio administrativo complementar ao desenvolvimento de suas atribuições funcionais.

Para além disso, constatou-se que a CPL da Prefeitura Municipal de Gararu também é responsável pelas licitações do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social, havendo demanda represada para esses órgãos.

Daí porque a presente prestação de serviços consistirá na formulação complementar das minutas dos editais de licitação, bem como de todos os atos formais do processo licitatório, incluindo os atos de impulso oficial da CPL, além da elaboração das minutas dos pareceres jurídicos correspondentes.

Dessa forma, a prestação dos serviços técnicos propostos assistirá à Comissão Permanente de Licitação (CPL) e à Procuradoria-Geral do Município de Gararu na área de licitações e contratos administrativos.

Daí porque se pretende contratar empresa para realização de serviço técnico-especializado que engloba o objeto definido neste processo de contratação, já que o quadro técnico da empresa pleiteante possui a notória especialização para tanto, conforme os documentos comprobatórios que seguem em anexo à proposta apresentada.

Quanto à complementação de tarefas já realizadas pela administração pública, a doutrina e jurisprudência autorizam a contratação de apoio administrativo na hipótese de



**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU**

insuficiência administrativa para atender a demanda existente, isto é, nas hipóteses de sobrecarga, que possam comprometer a qualidade do serviço público prestado.

É o que explica o autor administrativista Joel de Menezes Niebuhr, na obra *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*, conforme dela se extrai:

*"Cumpre observar, ainda, a possibilidade de contratar advogados estranhos aos do quadro da entidade, mesmo para situações ordinárias, desde que se configure a insuficiência para atender a demanda existente. Ou seja, nas hipóteses de sobrecarga, que compromete a qualidade do serviço prestado, é forçoso reconhecer justificativa para a contratação de novos advogados. Melhor seria que se criassem novas vagas e se procedesse a concurso público. Entretanto, isso depende de lei, e o fato é que os reclames públicos não se dispõem a esperá-la."*<sup>1</sup>

Com essa perspectiva, o artigo 25, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos dispõe que é inexigível a licitação para os casos de contratação de serviços técnicos, quando houver a impossibilidade de competitividade, *in verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:  
[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Para além disso, a própria Lei n.º 8.666/93 estabeleceu as hipóteses em que não se deve proceder à licitação pública com todo o seu procedimento, o que se trata de exceção decorrente de norma constitucional, conforme se extrai do texto do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal:

<sup>1</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e inexigibilidade de licitação pública*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 178.





**ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU**

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Nesse contexto, é importante esclarecer que a inexigibilidade prevista no inciso II, do art. 25, da Lei n.º 8.666/93 é consequência do pressuposto da singularidade do objeto a ser contratado.

**Essa singularidade deve ser justificada pela correlação entre os serviços que serão prestados e os documentos que demonstrem a capacidade técnica, experiência e profissionalismo do proponente.**

Daí porque a lei exige como requisito a notória especialização do pretendo contratado, que corresponde ao reconhecimento de qualidade e eficiência no desempenho de suas atividades, conforme dispõe o § 1º do art. 25, da Lei n.º 8.666/93.

E não é só. Além dos aspectos objetivos que envolvem essa modalidade de contratação, há também elementos de ordem subjetiva que a constituem, pois é preponderante que o contratante tenha confiança no executor dos serviços a serem contratados.

Nesse sentido, é o precedente do Acórdão TCU nº 1.437/2011 - Plenário, que aprovou a Súmula TCU nº 264, ressaltando que a confiança é grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação:



ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU

*"A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de CONFIANÇA, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93."*

Além disso, o serviço de consultoria técnica e jurídica, conforme o escopo proposto, é considerado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos como um serviço técnico especializado, nos termos do art. 13, da Lei n.º 8.666/93, o que também justifica a contratação, conforme se extrai da norma:

*Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*

*[...]*

**III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;**

Oportunamente, ainda acrescentamos que a empresa de assessoria e consultoria em gestão disponibilizará um profissional Pregoeiro e um Advogado à Prefeitura Municipal de Gararu (CPL e Procuradoria Municipal), ambos com experiência em licitações e contratos administrativos, para a prestação dos serviços.

Por fim, recomenda-se a regular autuação do feito, com consequente numeração das páginas, **bem como a realização de consulta de eventual restrição de contratar com a Administração Pública, por meio do sistema SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores)**, ou qualquer outro sistema disponível de consulta, a fim de averiguar se o pretenso contratado possui algum impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, a exemplo do que ocorre com a declaração de inidoneidade definida nos termos do art. 87, da Lei n.º 8.666/93.

Eis a Fundamentação Jurídica.

149  
SP



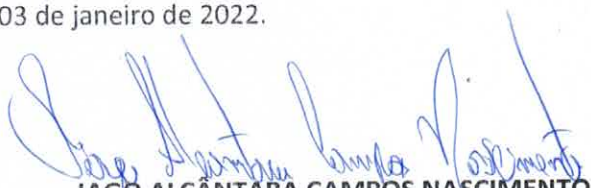
**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GARARU**

**3. DA CONCLUSÃO.**

Diante do exposto, consigno que analisei a minuta do contrato em referência, nos termos do **parágrafo único, inciso VI, do art. 38, da Lei n.º 8.666/93**, considerando-o apta à utilização após a adoção das providências solicitadas e adequações, devendo este feito seguir, depois dos devidos cumprimentos, o seu curso legal, sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação.

Este é o parecer, salvo melhor Juízo.

Gararu/SE, 03 de janeiro de 2022.

  
**IAGO ALCÂNTARA CAMPOS NASCIMENTO**  
**PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**  
**OAB/SE n.º 11.731**